



Prefeitura Municipal de Santana do Itararé

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

Of. 042/2013 – Procuradoria Jurídica

Santana do Itararé, em 07 de novembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Com Meus cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência, encaminhar o incluso Projeto de Lei que institui no Município o Serviço de Inspeção Municipal – SIM e dá outras providências.

Na oportunidade solicito o especial obséquio de apresentar o referido Projeto em regime de urgência especial.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para ressaltar nossos votos de estima e consideração

Atenciosamente,

JOSÉ DE JESUS ISAC
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
GILMAR EGÍDIO PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Recbi em 07/11/2013



Prefeitura Municipal de Santana do Itararé

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

PROJETO DE LEI Nº 059/2013.

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM BEBIDAS E ALIMENTOS DE CONSUMO HUMANO DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, **JOSÉ DE JESUS ISAC**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ, ENCAMINHA O SEGUINTE PROJETO DE LEI

Art. 1º. Esta Lei institui o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, que tem por objetivo controlar, mediante a emissão de certificados, a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal produzidos e comercializados no âmbito municipal.

Art. 2º. A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade do Departamento Municipal de Produção Agrícola e Pecuária.

Art. 3º. Não será necessária a presença permanente do inspetor nos estabelecimentos, sendo que a inspeção se dará através de visitas rotineiras dos inspetores.

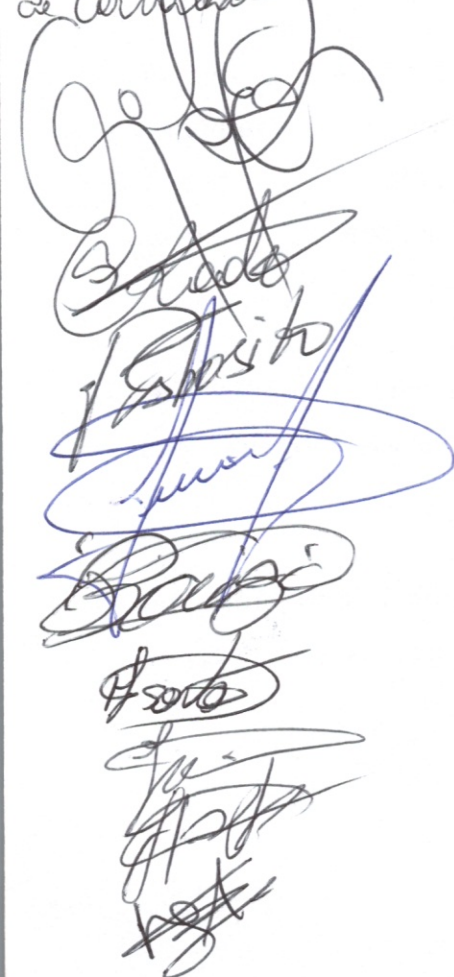
Parágrafo único: A presença do inspetor nos estabelecimentos é obrigatória no momento do abate de animais, quando se tratar de abatedouro, para a inspeção *ante e pós mortem* dos animais e das carcaças.

Art. 4º. A inspeção sanitária se dará:

Apresentado na Reunião Ordinária em
11/11/13, a pedido dos senhores José C.
Radoski e João F. de Silva foi retirado
de pauta e reposto para a Comissão
Permanente estudar e dar seu parecer;

- Representado na Reunião Ordinária do
dia 25/11/13 o qual foi colocado em 1º voto
e foi aprovado por unanimidade.

- Representado na Reunião Ordinária do
dia 02/12/13 o qual foi colocado em 2º voto
e foi aprovado por unanimidade, sendo dispensado
da 3ª votação e pedido do senhor José Luiz
de Carvalho.

A series of handwritten signatures and stamps in blue ink. The signatures are stylized and overlapping. There are several circular stamps, some of which appear to be official seals or stamps of the organization. The text is written in a cursive, handwritten style.



Prefeitura Municipal de Santana do Itararé

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

I - nos estabelecimentos que recebem, animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização com o objetivo de obtenção de bebidas e alimentos de consumo humano, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;

* II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

Art. 5º. O Departamento Municipal de Produção Agrícola e Pecuária estabelecerá parceria e cooperação técnica com Municípios, o Estado do Paraná e a União além de participar de consórcio intermunicipais para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção sanitária, em consonância com o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 6º. Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Santana do Itararé a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

Art. 7º. Após a adesão do SIM ao SUASA, os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional.

Art. 8º. A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário das bebidas e produtos alimentícios de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Departamento Municipal de Produção Agrícola e Pecuária, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares e se dará em consonância com as legislações federais e estaduais.



Prefeitura Municipal de Santana do Itararé

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

Art. 9º. Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando um processo de educação sanitária.

Art. 10. A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária.

Art. 11. Será criado um Conselho de Inspeção Sanitária com o objetivo de acompanhar, aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Parágrafo único: O Conselho de Inspeção Sanitária será constituído de 02 representantes do Departamento Municipal de Produção Agrícola e Pecuária e 02 representantes da Secretaria Municipal de Saúde, 02 representantes dos agricultores e pecuaristas e 03 representantes consumidores.

Art. 12. Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária.

*Parágrafo único: Será de responsabilidade do Departamento Municipal de Produção Agrícola e Pecuária e da Secretaria Municipal Saúde a manutenção e alimentação do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo Município.

Art. 13. Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção, indicando a adoção de Boas Práticas de Fabricação;



Prefeitura Municipal de Santana do Itararé

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

II - CNPJ ou a inscrição do produtor rural na Secretaria da Fazenda Estadual;

III - planta baixa ou croquis das instalações, com *lay-out* dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

IV - memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

V - descrição dos dizeres de rotulagem para cada produto;

VI - boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais.

Parágrafo único: É vedada a limitação de acesso ao registro sanitário e à comercialização das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal em função do caráter estrutural, incluindo escalas das construções, instalações, máquinas e equipamentos, desde que asseguradas a higiene, sanidade e inocuidade das bebidas e alimentos de consumo humano.

Art. 14. O estabelecimento pode trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Art. 15. As embalagens das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal deverão conter informações necessárias para a correta identificação do produto, como CNPJ, endereço completo e ingredientes, além de obedecerem às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto,



Prefeitura Municipal de Santana do Itararé

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo único: Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no *caput* deste artigo.

Art. 16. Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Art. 17. A matéria-prima, os animais, os produtos, os sub-produtos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

Art. 18. Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas no Departamento Municipal de Produção Agrícola e Pecuária, constantes no Orçamento do Município.

Art. 19. Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de decretos, após deliberação do Conselho de Inspeção Sanitária.

Art. 20. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ/PR, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2013.

JOSÉ DE JESUS ISAC
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santana do Itararé

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei institui no Município de Santana do Itararé o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, o qual controla a qualidade dos produtos de origem vegetal e animal, como embutidos cárneos, queijo, ovos, mel e doces, monitorando e inspecionando a sanidade do rebanho, o local e a higiene da industrialização, certificando com selo de garantia todos estes produtos. Ao mesmo tempo, incentiva as pequenas empresas e empreendedores a saírem da clandestinidade, transformando-os em empresários da área urbana e rural, oferecendo aos consumidores santanenses e de toda região alimentos com qualidade e segurança garantida.

O S.I.M. emite certificado de qualidade a empresas e empreendedores que se adequaram às exigências sanitárias vigentes em legislação específica, e que também possuem qualidade e higiene em seu processo de produção.

Deste modo requer aos nobres Edis a aprovação do presente Projeto.

JOSÉ DE JESUS ISAC
Prefeito Municipal

Legislação

Buscar Legislação

Login

Notícias

Legislação

Jurisprudência

Diários Oficiais

Advogados

Serviços

Tópicos

Lei 9712/98 | Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998

Altera a Lei nº 1.711, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. Cited: per.32

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Anúncios do Google

Site **Direito de Ouvir** DireitoDeOuvir.com.br 70% Desconto

Aparelhos Auditivos 8 das Melhores Marcas com 70% Desconto de Confirma!

Art. 1º A Lei nº 1.711, de 17 de janeiro de 1991, em seu Capítulo VII, passa a vigorar com os seguintes artigos:

São objetivos da defesa agropecuária assegurar:

- I - a sanidade das populações vegetais;
- II - a saúde dos rebanhos animais;
- III - a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
- IV - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

§ 1º Na busca do atingimento dos objetivos referidos no caput, o Poder Público desenvolverá, permanentemente, as seguintes atividades:

- I - vigilância e defesa sanitária vegetal;
- II - vigilância e defesa sanitária animal;
- III - inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- IV - inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- V - fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

§ 2º As atividades constantes do parágrafo anterior serão organizadas de forma a garantir o cumprimento das legislações vigentes que tratam da defesa agropecuária e dos compromissos internacionais firmados pela União. Visando à promoção da saúde, as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e dos vegetais serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, articulado, no que for atinente à saúde pública, com o Sistema Único de Saúde de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do qual participará:

- I - serviços e instituições oficiais;
- II - produtores e trabalhadores rurais, suas associações e técnicos que lhes prestam assistência;
- III - órgãos de fiscalização das categorias profissionais diretamente vinculadas à sanidade agropecuária;
- IV - entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

§ 1º A área municipal será considerada unidade geográfica básica para a organização e o funcionamento dos serviços oficiais de sanidade agropecuária.

§ 2º A instância local do sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária dará, na sua jurisdição, plena atenção à sanidade, com a participação da comunidade organizada, tratando especialmente das seguintes atividades:

- I - cadastro das propriedades;
- II - inventário das populações animais e vegetais;
- III - controle de trânsito de animais e plantas;
- IV - cadastro dos profissionais de sanidade atuantes;
- V - cadastro das casas de comércio de produtos de uso agrônomo e veterinário;
- VI - cadastro dos laboratórios de diagnósticos de doenças;
- VII - inventário das doenças diagnosticadas;

Compartilhe

Curir

0

0

Publicidade



Siga o JusBrasil nas redes sociais

35.860 pessoas curtiram isso.

16 Recomende o JusBrasil no Google

portalJusBrasil - 2.330 seguidores

Baixe a barra de ferramentas JusBrasil »

Advogados Parceiros



Bispo & Martins - Advocacia e Consultoria

Brasília / DF
(61) 3202-8252

Entre em contato



Daniel Brito Advocacia

Salvador / BA
(71) 3242-7220

Entre em contato



Antonio Carlos Lopes dos Santos

Foz do Iguaçu / PR
(45) 3028-9988

Entre em contato

1 2 3

Seja um parceiro »

Dúvidas Jurídicas?

Entre em contato

Histórico

Enviar

Imprimir

Compartilhar

IX - educação e vigilância sanitária;

X - participação em projetos de erradicação de doenças e pragas.

§ 3º As instâncias intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária competem as seguintes atividades:

I - vigilância do trânsito interestadual de plantas e animais;

II - coordenação das campanhas de controle e erradicação de pragas e doenças;

III - manutenção dos informes nosográficos;

IV - coordenação das ações de epidemiologia;

V - coordenação das ações de educação sanitária;

VI - controle de rede de diagnóstico e dos profissionais de sanidade credenciados.

§ 4º A instância central e superior do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária compete:

I - a vigilância de portos, aeroportos e postos de fronteira internacionais;

II - a fixação de normas referentes a campanhas de controle e erradicação de pragas e doenças;

III - a aprovação dos métodos de diagnóstico e dos produtos de uso veterinário e agrônomo;

IV - a manutenção do sistema de informações epidemiológicas;

V - a avaliação das ações desenvolvidas nas instâncias locais e intermediárias do sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária;

VI - a representação do País nos fóruns internacionais que tratam da defesa agropecuária;

VII - a realização de estudos de epidemiologia e de apoio ao desenvolvimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

VIII - a cooperação técnica às outras instâncias do Sistema Unificado;

IX - o aprimoramento do Sistema Unificado;

X - a coordenação do Sistema Unificado;

XI - a manutenção do Código de Defesa Agropecuária.

§ 5º Integrarão o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária instituições gestoras de fundos organizados por entidades privadas para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

§ 6º As estratégias e políticas de promoção à sanidade e de vigilância serão ecossistêmicas e descentralizadas, por tipo de problema sanitário, visando ao alcance de áreas livres de pragas e doenças, conforme previsto em acordos e tratados internacionais subscritos pelo País.

§ 7º Sempre que recomendado epidemiologicamente é prioritária a erradicação das doenças e pragas, na estratégia de áreas livres. "A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal, bem como a dos insumos agropecuários, será gerida de maneira que os procedimentos e a organização da inspeção se faça por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados.

§ 1º Na inspeção poderá ser adotado o método de análise de riscos e pontos críticos de controle.

§ 2º Como parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, serão constituídos um sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem vegetal e um sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal, bem como sistemas específicos de inspeção para insumos usados na agropecuária."

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias, a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Sérgio Turra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.11.1998

Anúncios do Google

[Controle Biológico](#) [www.promip.agr.br](#)
Promip Manejo Integrado de Pragas

[Brasil Adventure Nautica](#) [www.brasiladventurenautica.com.br](#)
Sonar Fishfinder Gps Radio Nauticos Furuno Garmin Lowrance Icom Yaesu

[Administração Rural](#) [www.agnissoft.com.br/AGM-Rura](#)
Gerenciamento Total da Propriedade: Rebanho, Agrícola, Máquinas e Cana.

[Relógio de Ponto](#) [www.fibit.com.br](#)
Registrador Eletrônico de Ponto Homologado pelo MTE Portaria 1.510

[Ajuda Conselho](#) [www.ajudaconselho.gov.br](#)
Receba seu dinheiro de volta por cobrança indevida do conselho

Encontre-nos no Facebook

facebook



JusBrasil

curtir

35,860 pessoas curtiram JusBrasil.



Sandro Jussara Valter Vaner João Miguel



Você precisa estar conectado ao Facebook para ver as recomendações de seus amigos.

Principais faculdades de Direito de São Paulo apoiam Exame de Ordem: Notícias JusBrasil

259 pessoas recomendam isso

Cheque descontado antes gera indenização: Notícias JusBrasil

302 pessoas recomendam isso

Casal ofendido em público é indenizado por danos morais: Notícias JusBrasil

613 pessoas recomendam isso

Publicidade